

UMA FACA SÓ LÂMINA: EM DEFESA DA INDIFERENÇA DO ANALISTA

Tiago Ribeiro Nunes

UFG – RC – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (Catalão – GO)

Resumo

Neste ensaio nos interessa demonstrar o valor da indiferença como operador clínico para a psicanálise. Para tanto, recorreremos inicialmente à oposição entre o “homem extraordinário” de Raskólnikov e o “homem soberano de Sade”, tal como Bataille o define. No segundo momento, recolhendo apontamentos freudianos e lacanianos sobre o ato analítico, o definiremos como aquele que visa menos o Bem ou o Mal do que obter a diferença absoluta.

Palavras-chave: Ato analítico. Psicanálise. Lacan.

Abstract

A knife all blade: in defence of the analyst's indifference

This paper intends to demonstrate the importance of the indifference as a clinical operator to psychoanalysis. Referring to the opposition between the “extraordinary man” and the “sovereign man Sade”, we will emphasise that the analytical act aim nothing but the production of the subject qua subject from the signifier.

Key-words: Analytical act. Psychoanalysis. Lacan.

“Daí decorre que a discrição é incompatível com a boa exposição de uma análise; é preciso ser inescrupuloso, expor-se entregar-se como pasto, trair-se, portar-se como um artista que compra tintas com o dinheiro das despesas da casa e queima seus móveis para aquecer o modelo. Sem algum desses atos criminosos, não se pode realizar nada corretamente.”

S. Freud, carta de 5 de junho de 1910 a Pfister

Introdução

Em *A impostura perversa*, Serge André (1993) aponta para a existência de uma analogia entre o ato perverso e aquele realizado pelo psicanalista. Tal

como ele argumenta, tanto ao primeiro quanto ao segundo importaria chegar ao mesmo ponto, fazendo emergir, no outro, a divisão subjetiva: $(a \rightarrow \$)$. As semelhanças, todavia, estariam limitadas a este ponto. Afinal, ao contrário do mestre sadiano, que se encarrega de dizer até a última palavra, ao analista cabe ressaltar que a verdade, não-toda, surge da equivocação. Por outra parte, diferente do carrasco sádico, cujos atos estão a serviço de um imperativo de gozo, ao analista importa abster-se de gozar – sobretudo da divisão subjetiva do outro. Por fim, em oposição ao verdugo que deseja banir do campo discursivo qualquer índice da inconsistência do Outro, o analista trabalha ciente de que toda fala gira precisamente em torno daquilo que não-cessa-de-não-se-escrever.

As dessemelhanças acima apontadas não diminuem o estranhamento provocado pela sugestão de uma intimidade estrutural entre o psicanalista e o mestre sadiano. Implicados como estão na simetria das suas relações com o outro, alguns analistas tratarão de recusar qualquer semelhança entre o seu ato e o do carrasco, refugiando-se no mandamento que ordena não fazer ao próximo aquilo

que não se deseja a si. Há outros, porém, que verão nessa analogia estrutural apenas o reflexo da tese apresentada por Lacan ao final de seu seminário sobre *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, segundo a qual o desejo do analista “é um desejo de obter a diferença absoluta” (Lacan, 1985, p. 260). Neste ensaio tiraremos consequências da provocação feita, na esteira de Jacques Lacan, por Serge André. Nos interessa demonstrar a indiferença do psicanalista como operador clínico indispensável à “[...] histerização do discurso” (Lacan, 1992, p. 31) colocada em curso pela psicanálise.

Partindo do “homem extraordinário” de Raskólnikov, passaremos em seguida para o “homem soberano de Sade”, conforme Bataille o define. Dessa comparação resultará a seguinte indicação: ao passo que o “homem extraordinário” de Raskólnikov encontra-se limitado em seus atos pelo vício moral (e, por isso mesmo, incapaz de realizá-los em nome da sua vontade), o “homem soberano de Sade”, fiel ao seu desejo, encontra-se livre para fazer o que quer lhe seja necessário. Afirmado o privilégio do “homem soberano”, demonstraremos

que o ato analítico não aspira ao Bem (nem ao Mal) da humanidade nem tampoco de alguém em específico, mas unicamente obter o que em cada caso há de mais singular.

Extraordinário, soberano

Ele acaba de ganhar a rua e caminha em direção à ponte K. Absorvido em cogitações sobre o ato que pretende realizar, em breve ele estará diante do edifício da velha Aliena Ivánovna. É preciso concluir, liquidar a questão e responder se sim ou se não. Estaria o jovem Raskólnikov predestinado a realizar um ato extraordinário? Tudo parece sugerir o contrário. A começar pela sua hesitação frente à senhoria, com quem ele encontra-se em débito. Seu contrangimento é tal que, ao que parece, ele estaria disposto a fazer qualquer coisa para não ter de encará-la no caminho que vai do seu cubículo até a saída do prédio. Sabemos que fugindo assim ele não age por velhacaria, mas porque faltam-lhe as condições necessárias para saldar a sua dívida. Logo depois de evitar o confronto com a proprietária resta-lhe, entretanto, apenas a impressão de que agir assim

não lhe convém. Ele bem o sabe. Por isso experimenta agora “[...] uma sensação mórbida e covarde, que o envergonhava e levava a franzir o cenho” (Dostoiévski, 2001, p. 19). Seu embaraço no episódio que abre a narrativa sugere haver uma considerável discrepância entre o que ele é e o que deveria ser: é imperativo ser mais, ser maior. Todavia, a grandiosidade que ele persegue depende em grande medida de ações firmes e livres de quaisquer receios, afinal, “[...] tudo está ao alcance do homem e ele deixa tudo escapar só por medo” (Dostoiévski, 2001, p. 19). Raskólnikov sonha ser o dono de sua vontade e agir livre de todo impedimento. Ele reivindica para si um direito que caberia àquele que ele designa o “homem extraordinário”, isto é, o direito “[...] de permitir à sua consciência passar... por cima de diferentes obstáculos, unicamente no caso em que a execução da sua idéia (às vezes salvadora, talvez, para toda a eternidade) o exija” (Dostoiévski, 2007, p. 268). Ele quer ser capaz de agir livre de qualquer coação moral. Ele quer poder transgredir sem ser, em seguida, esmagado pelo sentimento de culpa.

Raskólnikov está ciente de que entre os nomes mais importantes da

história estão justamente os daqueles que não mediram esforços a fim de afirmar a sua vontade, servindo-se em sua campanha do que quer que lhes pudesse valer. Deles se poderia dizer com razão que fizeram o que tinham de fazer, ainda que isso implicasse cometer atrocidades. Servindo-se do exemplo de Napoleão, Raskólnikov dirá: “o verdadeiro *soberano*, a quem tudo é permitido, esmaga Toulon, faz uma carnificina em Paris, *esquece* um exército no Egito, *sacrifica* meio milhão de homens na campanha da Rússia e se safa com um calembur em Vilna [...]” (Dostoiévski, 2007, p. 269). O “homem extraordinário” é indiferente ao outro, seu semelhante. Mas quem é Raskólnikov senão aquele a quem é impossível ser indiferente? Desde o início da narrativa nós o vemos implicado nas grandes e nas pequenas misérias de todos aqueles que estão à sua volta. A mãe, a irmã e até mesmo o incorrigível Marmieládov lhe despertam irrecusável simpatia. Por isso talvez sua especulação sobre a natureza do ato praticado pelo “homem extraordinário” termine por sugerir um compromisso indissociável deste com o bem-estar e com o progresso de toda a coletividade. Sem que se dê conta disso, Raskólnikov

acaba por afirmar que o “homem extraordinário” não realiza nada para si apenas: se a ele está facultado transgredir a lei comum, a transgressão que lhe cabe encontra-se subordinada à obtenção de benefícios coletivos maiores do que aqueles individuais. Este é, em suma, o seu vício moral.

Mesmo que queira, Raskólnikov não tem direito à frieza de sentimentos. Nem mesmo o suposto benefício coletivo (que deveria advir de cada ato extraordinário) serve-lhe de consolo. E se a transgressão livre de remorso é precisamente aquilo que distingue a classe dos extraordinários daquela formada pelos homens ordinários, perpetrado o crime, o jovem ex-estudante de direito cairá, doente de culpa. Ele chegou ao ato. Vencidas as inibições, ele fora capaz de matar a velha agiota e a sua irmã, Lisavieta, que aparecera de modo inesperado. Em seguida, no entanto, sobrevêm-lhe o colapso. Tem febre. Delira. Age atabalhoadamente. E se, a despeito das suspeitas de Pofiri Pietróvitch, a polícia não consegue, por seus próprios meios, incriminá-lo, ele é quem terminará por fazê-lo, confessando-se culpado. Somente punido ele experimentará a desinflação do sentimento de culpa:

evitada a pena de morte, os oito anos de trabalhos forçados na Sibéria conduzem Raskólnikov a uma espécie de redenção moral.

O escritor e filósofo francês Georges Bataille também se ocupou do problema da exceção. No estudo intitulado “O homem soberano de Sade”, localizado na segunda parte de “O erotismo”, ele se dedicará precisamente àqueles que, de algum modo, escapam à razão. Tal como ali se afirma, é a escória quem representa, no Novo Mundo, “[...] a exceção de energias que o trabalho não absorve” (Bataille, 1957/2004, p. 257). No entanto, ainda que esta seja para o nosso tempo uma das mais explícitas formas de exceção à norma da acumulação de recursos que visa os fins úteis, ela não passaria de tímida expressão daquilo que foi um dia, no Mundo Antigo, o dispêndio improdutivo dos soberanos. Nada nos nossos dias parece estar à altura da consumação catastrófica tal como ela figurava, por exemplo, na concepção de mundo dos Astecas: um povo cuja “[...] ciência da arquitetura servia-lhes para edificar pirâmides no alto das quais imolavam seres humanos” (Bataille, 1949/2013, p. 64); um povo cuja “preocupação de

sacrificar não era menor do que a nossa de *trabalhar*” (Bataille, 1949/2013, p. 64, grifos do autor). Mas a submissão contemporânea às leis da razão e aos fins úteis não depôs, por completo, aquilo que representa sua exceção. Sob as formas características do nosso momento histórico, continua apropriado afirmar que “[...] *não é a necessidade mas seu contrário, o 'luxo', que coloca para a matéria viva e para o homem seus problemas fundamentais* (Bataille, 1949/2013, p. 39, grifos do autor). Assim, se já não dispomos da orgia desmesurada da festa antiga, perpetramos nossos sacrifícios visando restituir “[...] ao mundo sagrado o que o uso servil degradou [...]” (Bataille, 1949/2013, p. 70). Seja sob a forma dos cultos, dos jogos ou da arte, perseguimos, individual e coletivamente, a liberdade que reside em “[...] consumir *sem lucro* o que podia permanecer no encadeamento das obras úteis” (Bataille, 1949/2013, p. 72).

Retornando ao exemplo de Sade, Bataille assinala o contraste entre a vida e a obra do Marquês. Sabe-se que, “em sua vida, Sade levou o outro em consideração, mas a imagem que ele teve da realização, e que ele removeu na

solidão do cárcere, exigia que o outro deixasse de ser considerado” (Bataille, 1957/2004, p. 262). Encarcerado, não lhe foi possível levar a cabo o “[...] desejo de uma existência livre de limites” (Bataille, 1957/2004, p. 261), mas foi precisamente na prisão que ele, servindo-se da literatura, imaginou o impossível. Se, no mundo regulado pelo cálculo, o sexo persiste enquanto afirmação do excesso, não é difícil descobrir porque o erotismo, sempre pensado enquanto ameaça à integridade dos parceiros, tornou-se um dos mais importantes traços estilísticos da literatura sadiana. À conduta habitual que só quer acumular, Sade opõe um sistema que tem na dilapidação o seu dispositivo fundamental. Menos do que durar, importa gastar (e gastar sem medida). Este é o seu vício inerente. Tal como a vemos expressa em seus escritos, a soberania sadiana exige indiferença. Nenhum sentimentalismo é tolerado. Entre o herói sadiano e a sua vítima não se observa nenhuma solidariedade. Ao contrário do homem moral, que busca a realização do bem para ser visto pelo outro como uma pessoa boa, em Sade prevalece a ingenuidade daqueles que fazem o que fazem unicamente porque aquilo tem de

ser feito. Partindo da premissa segundo a qual “quem admite o valor do outro necessariamente se limita” (Bataille, 1957/2004, p. 267), ao homem soberano de Sade importa apenas a fidelidade ao seu próprio desejo. Disso decorre que não lhe basta ser cruel. Ele deve ser igualmente frio e jamais intervir motivado pelas suas paixões, pois “o crime a sangue-frio é maior que o crime executado no ardor dos sentimentos” (Bataille, 1957/2004, p. 271). Seu ato deve nascer da apatia, afinal, ele não faz o que faz em favor de algo ou de alguém, mas unicamente porque aquilo que tem de ser feito.

O analista, o seu trabalho

“Em outras palavras, haverá casos em que outra razão leve alguém a ser analista senão o estabelecer-se, isto é, receber o que é corretamente chamado de grana?”, é o que pergunta Jacques Lacan (2003a, p. 568) no *Prefácio à edição inglesa do Seminário 11*. Sua interrogação ressalta o fato de que a psicanálise é, antes de tudo, um trabalho. Ofício entretanto radicalmente distinto daquele do benfeitor, já que não aspira ao Bem da humanidade nem tampoco a salvação de alguém em

específico. “A posição do psicanalista não deixa escapatória, já que exclui a ternura da bela alma”, dirá Lacan (1998a, p. 873). Em seguida acrescenta: “o erro de boa fé é dentre todos o mais imperdoável” (Lacan, 1998a, p. 873). Para Lacan, seja nos termos empregados ao longo da primeira parte do seu ensino (em que se visava a assunção pelo sujeito do desejo enquanto pura negatividade) ou ao final da sua última clínica (para a qual o limite de uma experiência com a psicanálise conduz à identificação do falasser com a singularidade do seu modo de gozo), o ato analítico jamais esteve pautado pelo ideal do Bem.

A psicanálise é um trabalho, não uma visão de mundo. Seus limites são, por isso mesmo, demasiado evidentes. A história do movimento psicanalítico deixa claro que, frente ao aumento expressivo da ocorrência das doenças nervosas, o auxílio oferecido pela psicanálise mostrou-se, desde o princípio, duplamente restrito: porque limitado ao campo dos distúrbios neuróticos e porque, em se tratando de neurose, circunscrito àqueles casos em que se dispunha de meios suficientes para arcar com um tratamento demasiado longo e oneroso. Acrescente-

se a isso a impossibilidade de oferecer garantias de sucesso mesmo nos casos que atendiam às condições exigidas pelo tratamento. Tal como conclui Freud em 1919, “na abundância de miséria neurótica que há no mundo, (...) o que logramos abolir é qualitativamente insignificante” (Freud, 1919/2010a, p. 291). Ciente dos limites de sua técnica e também da irredutibilidade do mal-estar na civilização (consequência inevitável da submissão de um corpo vivo às injunções culturais), Freud foi o primeiro a declarar que o psicanalista jamais deveria agir motivado pela paixão de curar, afinal, “[...] a comunidade humana tem tão pouca necessidade do *furor sanandi* quanto de qualquer outro fanatismo (Freud, 1915/2010b, p. 227). Assim desobrigado, menos do que subtrair ao paciente o sintoma do qual ele vem se queixar, o trabalho do psicanalista exige identificar, na trama discursiva que se lhe apresenta, os nexos do discurso ao desejo inconsciente.

Os efeitos terapêuticos de uma experiência com a psicanálise mostraram-se, por isso mesmo, invariavelmente obtidos por acréscimo. A ortopedia imediata daquilo que se mostra, em

cada caso específico, disfuncional, não apenas é incompatível com a regra que veta ao analista dirigir a vida de seus pacientes (afinal, “a ambição pedagógica é tão pouco adequada quanto a terapêutica” (Freud, 1912/2010c, p. 160-161)), como inaceitável, porque recusa o inconsciente tomando-o por um ato de má-fé. Tal como salienta Freud, se ao confessor o pecador diz aquilo que sabe, ao analista “[...] o neurótico deve dizer sempre mais” (Freud, 1926/2014, p. 133). É precisamente por não recusar o inconsciente que o ato analítico é incompatível com o aconselhamento. Decorre disso que ao analista estejam terminantemente vetadas tanto a *distração* quanto a *dissuasão*: ele não pode não ouvir aquilo que o paciente lhe relata, interpondo a isso suas crenças e certezas; ele não pode, igualmente, dissuadir o paciente de que seu sofrimento decorre apenas de uma distorção no modo como o mesmo percebe a realidade (e que é por esse motivo ele se sente, por exemplo, culpado por um crime que, objetivamente, não cometeu). Nada se ganha com semelhante arrogância. Aliás, se o objetivo fosse apenas este, o auxílio oferecido pelo analista seria de

todo dispensável, afinal, “isso [o próprio paciente] já procurou fazer, sem sucesso” (Freud, 1926/2014, p. 135).

“Embora pareça cruel, temos de cuidar para que o sofrimento do doente, em alguma medida eficaz, não alcance um fim prematuro” (Freud, 1919/2010a, p. 286), dirá Freud. A psicanálise é o nome de um trabalho que não apenas não promete a felicidade como a considera um empreendimento, no limite, “absolutamente irrealizável” (Freud, 1930/2010d, p. 63). O analista, por sua vez, não é um filantropo. Na direção do tratamento, o trabalho que lhe cabe mais exaspera do que apazigua. Interessa-lhe o corte. Uma faca, só lâmina o seu ato:

Recomendo enfaticamente aos colegas que no tratamento psicanalítico tomem por modelo o cirurgião, que deixa de lado todos os seus afetos e até mesmo sua compaixão de ser humano, e concentra suas energias mentais num único objetivo: levar a termo a operação do modo mais competente possível. (...) A justificação para se requerer tal frieza de sentimentos do psicanalista está em que ela cria as condições mais vantajosas para as

duas partes: para o médico, a desejável proteção de sua própria vida afetiva; para o doente, o maior grau de ajuda que podemos dar. (Freud, 1912/2010c, p. 154-155).

Seguir o exemplo do cirurgião, deixando de lado os afetos pessoais e a compaixão. Tal como propõe Freud, a frieza do psicanalista constitui atitude fundamental para que o trabalho analítico chegue ao seu melhor desfecho. Ainda que se possa alegar o “cuidado terapêutico” como justificativa para os desvios em relação a essa recomendação, vale salientar, com Lacan, que “se há um caso que proíbe qualquer redução [...], este deve ser a psicanálise didática” (Lacan, 1998b, p. 231). Se é preciso insistir na crítica às reduções realizadas ao longo do tratamento dos candidatos a analista é apenas por ser este o campo considerado por Lacan, em 1966, como o que se mostrava mais propenso a tal desvio. Nas psicanálises didáticas, assim como naquelas que não visam a formação de um analista, não convém ceder em nenhuma medida às reduções realizadas em nome “cuidado terapêutico”. Isso porque, conforme argumenta Jacques Allain-Miller,

[...] quando o cuidado terapêutico domina, adiamos o que a operação analítica tem de radical, e isso leva a impasses, a não dar a interpretação que naquele momento seria demasiado difícil ouvir ou levaria o sujeito a fugir do que assim lhe fora revelado, ou ainda a abrandar o gume das coisas para que ele permaneça enquadrado no procedimento. (Miller, 2011, p. 12)

Em suma, o “cuidado terapêutico” constitui obstáculo ao trabalho analítico enquanto tal. Por esse motivo, dirá Freud, “[...] o doente não ganha muito quando o interesse terapêutico do médico tem grande ênfase afetiva. Para ele, é melhor quando o médico trabalha friamente e com a máxima correção” (Freud, 1926/2014, p. 223). Não se pode evitar a radicalidade dessa experiência sob a alegação de que o paciente não estaria, por exemplo, em condições de suportar uma dada interpretação ou corte. Ao analista, ao contrário do que acontece com as terapêuticas, não cabe agir como mero conciliador entre o indivíduo e o seu mal-estar. O inconsciente, descoberto freudiano, decreta o fracasso da ilusão apaziguadora da assertividade:

não sofremos porque nos falte esclarecimento, mas porque não podemos nos apropriar daquilo que, recalcado, somente se escreve sob a forma negativa da *Verneinung* (Lacan, 1986). A radicalidade do trabalho do analista consiste precisamente em apontar, sem qualquer reserva, para o fato de que “*ali onde tu sofres, tu gozas*” (Miller, 2011, p. 70, grifos do autor), confrontando aquele que se entrega à experiência analítica com o fato de que “por nossa posição de sujeito, sempre somos responsáveis” (Lacan, 1998a, p. 873).

Desde os primeiros momentos de seu ensino, Lacan teve de combater com tenacidade a “arrogância bem intencionada” dos analistas da sua época. A impostura dos seus contemporâneos acabou se difundindo entre os psicanalistas em decorrência de sua aversão “[...] pelas funções da fala e pelo campo da linguagem” (Lacan, 1998c, p. 243). Uma vez esquecido que o inconsciente freudiano é estruturado como uma linguagem, a psicanálise resvalou para a “[...] ajuda samaritana, a pedagogia materna e a mestria/dominação dialética” (Lacan, 1998c, p. 244). Todo o formalismo das políticas de formação da IPA não era

senão o reflexo de uma prática reduzida a um tipo específico de adaptação social, cujo modelo variava conforme variavam os analistas didatas. Para Lacan, nada poderia ser considerado mais avesso à descoberta freudiana do que uma terapêutica protocolar cujos *standards* operavam basicamente a fim de “[...] refazer o *eu* do paciente à imagem do *eu* do analista” (Lacan, 2003b, p. 150, grifos do autor). A mestria terapêutica, todavia, somente pode ser combatida por meio da retomada daquilo que existe de mais cortante na descoberta freudiana. Ou seja, na linha da interpretação dada por Lacan ao *Wo es war, soll Ich werden* de Freud: “lá onde isso estava, lá, como sujeito, devo [eu] advir” (Lacan, 1998a, p. 878). Uma experiência com a psicanálise deveria, portanto, produzir uma mudança de dupla incidência: a) destituindo aquele significante que opera enquanto fundamento de uma dada cadeia discursiva, b) fazendo emergir um sujeito enquanto puro acaso, efeito fortuito de linguagem. Onde havia um isso operando como álibi para a justificação da neurose, deveria advir um sujeito capaz de “recriar todo 'foi assim', até que a vontade diga: 'Mas assim eu quis!

Assim quererei” (Nietzsche, 2011, p. 418).

Não é por acaso que convém ao analista o exemplo do cirurgião, mas por uma exigência do seu trabalho: a frieza permite que ele faça aquilo que tem de ser feito em cada caso, livre de impedimentos de ordem afetiva ou moral. Qualquer mínima infração a esta regra ameaça substancialmente toda a operação em curso: a entrada em cena dos afetos/ valores morais do analista oblitera, sob a forma de significantes-mestres oferecidos ao analisando, aquilo que há de singular em cada caso. Por esse motivo, se a intenção primeira do ato analítico consiste em promover a liberação da palavra, o desejo do analista não pode ser o desejo de fazer o bem/ curar mas, pura e simplesmente, o desejo de “[...] obter o que há de mais singular (...), a diferença absoluta [...]” (Miller, 2011, p. 35). Tal como Dominiek Hoens assinala, “o paralelo entre o analista e o perverso concerne não apenas à semelhança das posições que eles adotam (o lugar de *objeto a*), mas também àquilo que eles visam, a saber, a produção do sujeito enquanto sujeito do significante” (Hoens, p. 96, grifos do autor). O ato analítico visa, portanto, o advento do sujeito enquanto

sujeito do significante: efeito fortuito de linguagem, não mais aderido de modo irrecusável ao significante-mestre em torno do qual giram certos enunciados fundamentais. Esta é a sua violência: trata-se de um ato que pretende destituir a articulação entre o sujeito e o significante-mestre ao qual ele encontra-se aderido em razão de sua necessária alienação ao campo do Outro. Distinto do sujeito cartesiano (aquele no qual vemos coincidirem, no momento fecundo do *cogito*, o pensamento e o ser), o sujeito do inconsciente afirma-se intervalar, hiato aberto entre o eu consciente e o pensamento inconsciente: “penso onde não sou, logo sou onde não penso” (Lacan, 1998d, p. 521). Assim, de certo modo, “o sujeito não é senão essa *própria divisão*” (Fink, 1998, p. 67, grifos do autor): o sujeito não é senão essa diferença entre a imobilidade característica do significante-mestre ($S \rightarrow S1$), ponto em torno do qual gravitam as identificações constitutivas do eu, e a mobilidade de uma cadeia significante que não cessa de deslizar metonimicamente ($S1 \rightarrow S2$), automática e inconsciente. Decorre disso que, tal como a psicanálise o define, o sujeito esteja

sobredeterminado por aquilo que para ele se impõe sob a forma imparativa do necessário (o-que-não-cessa-de-se-escrever) e do impossível (o-que-não-cessa-de-não-se-escrever). E é precisamente na medida em que visa extrair, do discurso do outro, tal diferença, que se poderia dizer do psicanalista aquilo que Thomas Mann afirmou a respeito do escritor:

O olhar que o artista lança sobre as coisas externas e internas é diferente do olhar que lhes lança o homem: é a um só tempo mais frio e mais apaixonado. Você pode, como homem, ser bom, tolerante, amoroso, positivo o quanto quiser, pode ter uma índole totalmente acrítica, aprovar qualquer coisa, mas como artista o seu demônio o obriga a 'observar', a captar muito rapidamente e com dolorosa malícia qualquer pequeno detalhe que seja característico do ponto de vista literário, que seja tipicamente significativo, que abra novas perspectivas, dê destaque à raça, ao ambiente social, à singularidade psicológica – obriga-o a notá-lo sem escrúpulos, quase como se não existisse nenhuma relação humana

entre você e o que está sendo observado [...]. (Mann, 1906/2009, p. 220)

A exemplo do que ocorre ao artista, o olhar que o analista lança ao texto que lhe oferece o paciente é radicalmente distinto daquele que lhe lançaria um outro qualquer. Diferente do homem comum, que tende frequentemente a interpor suas expectativas e inclinações a tudo o que lhe dizem os outros, o trabalho do psicanalista consiste em ouvir sem “querer notar nada em especial” (Freud, 1912/2010c, p. 149). Assim procedendo ele prova ser ao mesmo tempo “mais frio e mais apaixonado”, conforme expressão de Thomas Mann: mais frio na medida em que é capaz de ouvir o que o paciente enuncia sem apelar a nenhuma chave interpretativa (que o faria surdo para qualquer outra coisa que não fosse o Édipo, a relação de objeto etc.); mais apaixonado porque disposto a levar, até às últimas consequências, tudo aquilo que lhe disser o paciente.

No mundo regido pelo princípio da igualdade, o analista representa evidente exceção. Ele encarna a

singularidade anti-conceitual do objeto causa do desejo. Desse lugar do objeto ele incita o sujeito à inédita experiência da palavra como um fim em si mesmo. Experiência em cujo limiar se supõe o advento de uma paixão inédita, mais implicada na identificação à singularidade do modo de gozo do que na sua recusa. Sem ceder a nenhuma apaziguadora ilusão de felicidade, sem tampouco oferecer-se ao outro como exemplo de ego bem realizado, o analista encarna aquele objeto que, desprovido de qualidades, está destinado a cair ao final de uma experiência com a psicanálise levada ao seu limite. Sua indiferença portanto deve-se ao fato de que a ele, ao contrário do que acontece a Raskólnikov, não interessa realizar nenhum ato extraordinário: sequer lhe ocorre cogitar a respeito de uma possível função social para a psicanálise. Importa-lhe, ao contrário, alcançar em seu ato a ingenuidade dos que fazem o que fazem unicamente porque aquilo tem de ser feito. Não lhe serve de medida fazer-se visto pelo Outro como aquele que realiza o Bem,

mas pura e simplesmente desarticular, em cada caso específico, significante e significado. Seu trabalho consiste em combater o fascismo da linguagem. Por esse motivo o ato analítico visa “[...] desfazer a articulação do destino para mirar o fora-de-sentido [...]” (Miller, 2011, p. 82). Distanciando-se do homem extraordinário sonhado por Raskólnikov, o psicanalista aproxima-se da figura do “homem soberano” de Sade, tal como ele foi lido por Bataille. Isso porque, também para Lacan, não é a falta-a-ser mas o gozo, sempre excessivo, o que deve ser prioritariamente colocado em perspectiva ao longo de uma experiência com a psicanálise. E a este ponto o analista somente poderá chegar se puder manter-se fiel ao seu desejo: aquele de obter, pela violência do corte, a diferença absoluta. Indiferente, não lhe importa fazer o Bem ou o Mal, mas desestabilizar a linha mestra desse discurso confinado entre o necessário e o impossível possibilitando assim a emergência do singular, contingente.

Referências

- Allain-Miller, J. (1999). Diagnóstico e localização subjetiva (Neide Peluso, trad.). In J. Allain-Miller, *Lacan elucidado* (pp.230-247). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Allain-Miller, J. (2011). *Perspectivas dos Escritos e Outros Escritos de Lacan* (Vera Avelar Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- André, S. (1993). As fantasias da perversão e o desejo do analista (Vera Ribeiro, trad.). In S. André, *A impostura perversa* (pp.13-67). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bataille, G. (2004). O homem soberano de Sade (Cláudia Fares, trad.). In G. Bataille, *O erotismo* (pp. 257-276). São Paulo: Arx. (Trabalho originalmente publicado em 1957).
- Bataille, G. (2013). A parte maldita (Júlio Castañon Guimarães, trad.). In G. Bataille, *A parte maldita precedida de 'a noção de despesa'* (pp. 35-167). Belo Horizonte: Autêntica. (Trabalho originalmente publicado em 1949).
- Dostoiévski, F. (2001). *Crime e castigo* (Paulo Bezerra, trad.). São Paulo: Editora 34.
- Freud, S. (2010a). Caminhos da terapia psicanalítica. In S. Freud, *História de uma neurose infantil: ('O homem dos lobos'): além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920)* (Paulo César Lima de Souza, trad., Vol. 14 , pp. 279-292). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho originalmente publicado em 1919).
- Freud, S. (2010b). Observações sobre o amor de transferência. In *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia: ('O caso Schreber'): artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)* (Paulo César Lima de Souza, trad., Vol. 10, pp. 210-228). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho originalmente publicado em 1915).
- Freud, S. (2010c). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia: ('O caso Schreber'): artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)* (Paulo César Lima de Souza, trad., Vol. 10, pp. 147-162). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho originalmente publicado em 1913).
- Freud, S. (2010d). *O mal-estar na cultura* (Renato Zwick, trad.). Porto Alegre: L&PM.

- Freud, S. (2014). A questão da análise leiga. In *Inibição sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)* (Paulo César Lima de Souza, trad., Vol. 17, pp. 210-228). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho originalmente publicado em 1926).
- Fink, B. O sujeito lacaniano (Maria de Lourdes Sette Câmara). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, J. (1985). *O seminário: livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (M. D. Magno, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1986). *O seminário: livro 1: os escritos técnicos de Freud*. (B. Milan, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. *O seminário: livro 17: o avesso da psicanálise* (Ari Roitman, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- Lacan, J. (1998a). A ciência e a verdade (Vera Ribeiro, trad.). In J. Lacan, *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1998b) Do sujeito enfim em questão (Vera Ribeiro, trad.). In J. Lacan, *Escritos* (pp. 229-237). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (Vera Ribeiro, trad.). In J. Lacan, *Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- Lacan, J. (1998d). A instância da letra no inconsciente (Vera Ribeiro, trad.). In J. Lacan, *Escritos* (pp. 496-533). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003a). Prefácio à edição inglesa do Seminário 11 (Vera Ribeiro, trad.). In J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 567-569). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lacan, J. (2003b). Discurso de Roma (Vera Ribeiro, trad.). In J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 139-171). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Mann, T. (2006). Bilse e eu (Denise Bottmann, trad.). In F. Moretti, *A cultura do romance* (pp. 217-222). São Paulo: CosacNaify. (Texto originalmente publicado em 1906).

Nietzsche, F. (2011) *Assim falou Zaratustra* (Paulo César Lima de Souza, trad.). São Paulo: Companhia das letras.

O autor:

Tiago Ribeiro Nunes possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2004), Mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (2006) e Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (2012). É professor Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás-RC, onde trabalha desde 2006. E.mail: ribeiro.nunes@gmail.com

Recebido em: 30/04/2015

Aprovado em: 31/07/2015